

O papel das Redes Locais para a Segurança Alimentar e Nutricional: experiência da Rede SANS-BT, São Paulo, Brasil

Silvana Maria Ribeiro, Cláudia Maria Bógus & Jaqueline Dourado Lins

Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, Brasil

silmaribe@gmail.com

Solange Cavalcante da Silva Redolfi

Prefeitura do Município de São Paulo, Brasil

Resumo

O presente artigo, um estudo de caso, se propõe a discutir a importância das Redes Locais de Segurança Alimentar e Nutricional, sob a ótica da participação social e intersetorialidade, princípios estabelecidos pela Promoção da Saúde, além da forma como ocorrem os processos formativos nestes espaços. A metodologia, de caráter participativo, ocorreu no município de São Paulo, região do Butantã. A observação participante foi realizada junto à Rede Local de Segurança Alimentar e Nutricional (Rede SANS-BT) no acompanhamento das reuniões periódicas, seminários, cursos, oficinas pontuais realizadas pelos membros desta rede, durante o período compreendido entre o mês de maio de 2015 e dezembro de 2016. Os dados coletados demonstraram a potencialidade deste coletivo e os esforços despendidos por parte de seus membros para sensibilizar, mobilizar e envolver os atores sociais em temas relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), bem como estratégias de articulação para o desenvolvimento de ações intersetoriais e processos formativos que ocorrem em todos os momentos. Conclui-se que os membros desta rede têm desempenhado importante papel no fortalecimento da SAN, tanto no nível local, como no nível municipal, servindo de modelo para outras redes que estão se desenvolvendo no país.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional, Promoção da Saúde, Participação Social, Intersetorialidade, Processos Formativos

Abstract

The article discusses the importance of Local Food Security and Nutrition Networks, from the viewpoint of social participation and intersectoriality, principles established by Health Promotion, as well as how the educational processes occur in these spaces. The participatory methodology occurred in the municipality of São Paulo, in Butantã region. The participant observation was carried out in the Local Network of Food Security and Nutrition in the follow-up in periodic meetings, seminars, courses, occasional workshops carried out by the members of this

network, during the period between May 2015 and December 2016. The collected data showed the potential of this group and the efforts expended by its members to raise awareness, mobilize and involve social actors in issues related to Food Security and Nutrition, as well as the strategies for articulating the development of intersectoral actions and training processes that occur in every moment. It is concluded that the members of this network played an important role in strengthening of this area, both at the local level and at the municipal level, serving as a model for other networks that are developing in the country.

Keywords: Food Security and Nutrition, Health Promotion, Social Participation, Intersectoriality, Formative Processes

Introdução

No início da década de 1990, consolidou-se um forte movimento de reafirmação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Segundo Burity et al. (2010), a Conferência Internacional de Direitos Humanos, realizada na Áustria, em 1993 e a Cúpula Mundial da Alimentação, realizada na Itália, em 1996, contribuíram para o fortalecimento desse direito, associando-o à garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). O Brasil acompanhou a ascensão desse movimento, fortalecendo o debate em torno do DHAA e a institucionalização da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), demonstrando avanço para o país em termos de políticas sociais.

A II Conferência Mundial de Promoção de Saúde, realizada em Adelaide, Austrália, em 1988, deu ênfase à saúde enquanto produção social e à necessidade de implantação de políticas públicas saudáveis, destacando que todos os setores influenciam nos determinantes de saúde, por serem importantes para reduzir iniquidades sociais e econômicas e para assegurar o acesso equitativo de bens e serviços, incluindo os serviços de saúde (Brasil, 2002). Foi recomendado nessa conferência que os governos implementassem ações diretas para garantir acesso a uma alimentação saudável, priorizando, desta forma, a Segurança Alimentar e Nutricional em todas as nações (Brasil, 2002). Ao final da década de 1980 e início da década de 1990 do século XX, o conceito de SAN passou a incorporar as noções de acesso a alimentos seguros, não contaminados biológica ou quimicamente; de qualidade, nutricional,

biológica, sanitária e tecnológica; de produção sustentável, equilibrada e culturalmente aceitável e acesso à informação (Burity et al., 2010).

O conceito de SAN, definido na II Conferência Nacional de SAN, realizada em Olinda – PE, em 2004 e adotado na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN/ Lei nº 11.346/2006) consiste na realização do direito de todos ao acesso à alimentação, com qualidade, em quantidade suficiente e de forma que não comprometa o acesso a outras necessidades essenciais, deve ter como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

No Brasil, a conquista progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) ocorre, principalmente, por meio das políticas de SAN, em permanente construção no país. Dentro da Política Nacional de SAN, foi instituído o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) que tem como propósito a promoção do DHAA em todo o território nacional. Este sistema define ainda a estrutura de funcionamento do SISAN: Conselhos de SAN; Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN); Conferências de SAN, nas diferentes esferas de governo: nacional, estadual e municipal; essa composição permite a indicação de diretrizes e apontamento de prioridades da Política e do Plano Nacional de SAN.

Uma importante característica do processo de construção da Política de SAN relaciona-se a dois princípios: intersectorialidade e participação, tanto na formulação de propostas e iniciativas, quanto no controle social das diversas ações e na elaboração de políticas públicas promotoras de saúde. Note-se que as políticas públicas promotoras de saúde ganharam destaque na Conferência de Adelaide, em 1988, na Austrália, e têm por objetivo minimizar as desigualdades por meio de ações sobre os determinantes dos problemas de saúde, nos múltiplos setores onde elas se localizam, sendo considerada uma das principais estratégias da área da saúde (Westphal, 2000). Estas políticas promotoras de saúde possuem forte influência nos determinantes sociais e usualmente se originam em diversos setores e não necessariamente na área da saúde, porém têm efeito crucial na saúde das atuais e das futuras gerações, sendo responsáveis por modelar tanto os padrões de vida moderna como os ambientes (Restrepo, 2001).

Recentemente, o município de São Paulo teve alguns avanços em termos de Políticas Públicas de SAN como a adesão ao SISAN, por meio do Decreto 55.867 de 23 de janeiro de 2015 em que se confere nova regulamentação ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo (COMUSAN), dispendo sobre sua competência, composição e funcionamento no âmbito do sistema e com a criação da CAISAN Municipal por meio do Decreto 55.868 de 23 de janeiro de 2015. O ano de 2015 destacou-se principalmente pela realização das conferências municipais, estaduais e nacional. E 2016 foi um ano marcado pelo lançamento do 1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN), vigente até 2020, considerado uma conquista para a população da cidade de São Paulo.

Este artigo se propõe a apresentar e discutir a experiência da Rede Local de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Butantã (Rede SANS-BT) que, por meio de sua atuação, tem agido em prol do fortalecimento do movimento da SAN no município, por meio da mobilização de atores sociais, de uma articulação intersectorial e processos formativos interdisciplinares, relacionados direta ou indiretamente à SAN, contribuindo para a promoção, disseminação e construção da política de SAN no município de São Paulo, em nível local e municipal e, com repercussões positivas no nacional e internacional.

Metodologia

É um estudo de caso com observação participante que ocorreu a partir de um recorte espacial, desenvolvido na região do Butantã, São Paulo, Brasil. A escolha do Butantã-SP deu-se pela rica diversidade geográfica, ambiental, cultural, social e econômica presente na região. A observação participante proporcionou evidências sobre participação, na atuação efetiva de diversos atores sociais que se reúnem periodicamente para propor ações, debater propostas e colaborar com a elaboração de políticas públicas, envolvendo temas ligados, direta ou indiretamente, à SAN, tais como: alimentação, educação, meio ambiente, cultura, saúde, trabalho, entre outros.

Segundo Valladares (2007), a observação participante é adequada para se compreender a evolução do comportamento de pessoas e grupos por um longo período

e não num único momento; implica em saber ouvir, escutar, ver, fazer uso de todos os sentidos. A coleta dos dados ocorre por meio da participação do pesquisador na vida cotidiana do grupo ou organização que está estudando a partir da observação das pessoas implicadas no estudo para ver as situações com que se deparam normalmente e como se comportam diante delas (Becker, 1994).

A aproximação com os atores sociais, participantes da Rede SANS-BT, ocorreu na região do Butantã, por meio da observação participante em atividades de articulação e/ou formativas, como: reuniões periódicas, seminários, cursos, oficinas, entre outras, realizadas pela Rede SANS-BT. O período de observação participante compreendeu o mês de maio de 2015 e dezembro de 2016. Esta investigação obteve aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FSP/USP sob nº CAAE 45201015.0.0000.5421.

Resultados e Discussão

A Rede SANS-BT é um espaço de articulação e disseminação do conceito de SAN nos seus diversos eixos; tem como propósito identificar as demandas locais, discutindo, refletindo, elegendo os temas de interesse de seus membros em diferentes momentos; além de executar ações prioritárias, integrando e otimizando recursos, por meio de planejamentos coletivos e intersetoriais.

Origem e atuação da Rede SANS-BT

A Rede SANS-BT teve sua origem em 2001 quando iniciou o processo de agrupamento de participantes para discutir as questões de insegurança alimentar da região, tendo em vista a vulnerabilidade social da população local do Butantã e arredores. Desde sua criação, tem promovido a aproximação e o reconhecimento dos diversos setores e segmentos da região. Os encontros dos integrantes da rede são mensais e o local da reunião é itinerante entre os diferentes equipamentos e espaços da região do Butantã, de forma a permitir se conhecer a realidade e dificuldade de cada setor que integra a rede. Os temas, pautados em agenda previamente estabelecida, são advindas da Rede SANS-BT e os encontros são organizados didaticamente: seções

informativas, construtivas, interativas, deliberativas, garantindo-se a aprendizagem coletiva.

Uma prática comum de cada encontro foi o do autoconhecimento e reconhecimento do outro, como afirma uma participante: “conhecer e se reconhecer no outro”. Este exercício constante contribuiu para a mudança de olhar de si, do outro, do local e do entorno, com vista à proposta de ações coletivas, elencando prioridades para resolução dos diversos problemas que interferem cotidianamente na vida de todos. De acordo com outra depoente: “é importante compreender que quando representamos algo e alguém, temos que estar conectado com o outro e com a realidade em que vivemos”.

A Rede SANS-BT, como qualquer outra rede precisa ser, constantemente, estimulada, para evitar o esvaziamento nas reuniões, que pode ser considerado normal, tendo em vista a dinâmica de vida de todos os envolvidos, levando-se em consideração também os diversos interesses políticos, econômicos, sociais e pessoais que surgem ao longo do processo. Por isso, os temas pautados são colocados de forma a atrair o interesse dos integrantes da rede.

Entre as conquistas da Rede SANS-BT destacamos a implantação do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Butantã (CRSANS-BT), criado por meio do Decreto 51.359, de 25 de março de 2010, vinculado à Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, tendo entre seus propósitos incorporar a sustentabilidade tanto econômica e ambiental, quanto social e cultural do local (Cervato, Fiore & Redolfi, 2015).

Em 2016, pelo Decreto nº 56.776, de 21 de janeiro, ocorreu a transferência do CRSANS- BT, e do seu Conselho, da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente para a Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional – COSAN, da Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo com sua denominação alterada para Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (CRESAN Butantã: Art. 1º).

Os temas pautados, ligados direta ou indiretamente à SAN, são discutidos e aprovados de forma deliberativa e as ações decorrentes e, sempre que viabilizadas pela

Rede SANS-BT, são colocadas em prática, ampliando, desta forma, o entendimento das dimensões, eixos e diferentes áreas do setor público e da sociedade civil. Não há um coordenador mas representantes dos diferentes setores, que colaboram na organização, planejamento da estrutura das reuniões, dos eventos, das ações.

Outro ponto a ser destacado é que integrantes da Rede SANS-BT também participam do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo (COMUSAN), das Conferências de SAN realizadas nas três esferas: municipal, estadual e federal, entre outros espaços de participação ligados ao poder público e à sociedade civil organizada. E também compõem o Conselho Consultivo do CRESAN-BT.

Participação Social na Rede SANS-BT

Um dos princípios que embasam a SAN é a participação social, sem isto não se forma e não se desenvolve uma rede local, que por si só já nasce com os seguintes propósitos: propiciar/viabilizar encontros; fortalecer, aproximar, reaproximar pessoas e instituições; formar, qualificar, empoderar seus participantes; promover e fortalecer articulações, por meio de parcerias, com foco na execução conjunta de ações; manifestar e defender interesses.

A participação social foi imprescindível na construção da rede SANS-BT, composta por diferentes atores sociais que vivenciam diferentes espaços, com experiências e desejos diversos. Esta participação foi fundamental para nortear processos metodológicos de trabalho, compreender o funcionamento de uma rede de saberes, permanentes e compartilhados, refletindo novas formas de pensar; reconstruir planejamentos com vistas a espaços saudáveis e qualidade de vida, conforme afirmava Sperandio (2003).

Neste sentido, participação social é um dos instrumentos mais importantes para a superação das desigualdades e a promoção da igualdade, porque dá abertura para que a sociedade, em sua diversidade, manifeste seus diferentes interesses, necessidades, pontos de vista, carências, projetos, demandas, etc. Isto também contribui com a manutenção de espaços populares e com os mecanismos de participação e controle social (Cervato, Fiore & Redolfi, 2015).

Na Rede SANS-BT, entre as etapas do processo de disseminação da temática de SAN, houve um processo coletivo para iniciar o processo de mobilização e organização das ideias e das ações. A primeira estratégia foi propor à comunidade a organização de um processo de colheita proveniente da agricultura urbana para captação de alimentos na região e distribuição para as atividades desenvolvidas relacionadas à preparação de refeições (Cervato, Fiore & Redolfi, 2015). Vale lembrar que, além de estimular o protagonismo e o controle social, a Rede SANS-BT tem um papel importante no processo de discussão, implantação e continuação das ações do CRESAN-BT, por ser um espaço democrático, com caráter participativo e de controle social (Cervato, Fiore & Redolfi, 2015).

Apesar da participação ativa de representantes do poder público, a Rede SANS-BT não é um espaço institucionalizado, ou seja, não está ligado a um órgão público ou governamental, pois agrega constantemente representantes de vários segmentos da sociedade civil, poder público, movimentos organizados, universidades, entre outros.

Nesta rede, o movimento é cíclico, de forma a promover a participação dos diferentes integrantes, nos seus diferentes momentos, estando sempre aberta a receber interessados em conhecer, aprender e contribuir com a discussão, disseminação e o fortalecimento da SAN.

Intersetorialidade nas Políticas Públicas Promotoras de Saúde

A Rede SANS-BT, além de integrar o movimento de SAN de São Paulo, tem desempenhado papel fundamental na região do Butantã; seus membros, comprometidos com a temática, estão seguindo os direcionamentos do PLAMSAN para colocarem em prática a elaboração de um Plano Local de SAN, de forma participativa e intersetorial e, que atenda às necessidades da região, apresentando e debatendo propostas que serão parte integrante deste plano local. Por meio de um conjunto de informações geradas e/ou recolhidas pelos seus participantes, esta rede colaborou com a elaboração do 1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo, SP (PLAMSAN), juntamente com as demais redes formadas em outras regiões do município.

A REDE SANS-BT é considerada uma rede sociopolítica, pois é formada por pessoas e organizações que juntas respondem a demandas e necessidades da população de forma integrada e com mais eficácia na gestão das políticas sociais (Junqueira, 2000). E atuou numa perspetiva intersetorial para solucionar problemas concretos, complexos que dependem de ações integradas entre várias áreas da administração local.

A Promoção da Saúde (PS), que está diretamente conectada com a SAN, acontece através de iniciativas, programas e atividades planejadas e executadas de acordo com os seguintes princípios: concepção holística; intersetorialidade; participação social e sustentabilidade e de seus campos de ação: elaboração e implementação de políticas públicas saudáveis; reforço da ação comunitária; criação de espaços saudáveis; desenvolvimento de habilidades pessoais e a reorientação dos serviços de saúde (OMS, 1996; WHO, 1998; Westphal, 2000).

A intersetorialidade, um dos princípios da PS e também da SAN, foi percebida na articulação de saberes e experiências no planejamento, na realização e na avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas com vista ao desenvolvimento e inclusão social, conforme afirmava Junqueira (1998). Em ambas as áreas, PS e SAN, as dificuldades surgiram durante o desenvolvimento de ações, pois a prática intersetorial aparece na retórica dos governantes e nos marcos legais, mas nem sempre está presente no cotidiano das instituições públicas.

De acordo com Ribeiro, Bógus e Watanabe (2015), a intersetorialidade prevalece mais nos discursos dos gestores públicos do que propriamente na execução dos serviços estatais, apresentando-se como um desafio a ser enfrentado e superado. A implementação do enfoque intersetorial na SAN exigiu a quebra de paradigmas e da cultura do setorialismo, profundamente enraizada na administração pública. Na nossa perspetiva, em sintonia com Santarelli (2012), a Rede SANS-BT promove a articulação de todos os setores envolvidos no fortalecimento da temática da SAN, servindo de sustentação para a formulação de políticas públicas e tem o objetivo de integrar os conceitos e estratégias de SAN e temas correlatos, por meio de ações estruturais, educativas, participativas e interssetoriais. Tornou-se um espaço dinâmico, participativo e, por isso, apresenta potencialidade no “emprego da advocacia e na formulação de

políticas públicas urbanas que envolvam relações entre Estado e sociedade” e sua funcionalidade, que, segundo Mendes et al. (2013), contribui com apoio social, solidariedade, focalização e gestão de políticas sociais e com o compromisso social.

Além disso, a rede contribuiu com o exercício de democratização dos processos de gestão pública e representa um importante mecanismo que tende a reforçar os processos de melhoria institucional. Neste sentido, poder público e sociedade civil pactuam condições mínimas de funcionamento e participação na esfera pública, contribuindo para aproximação entre governo e cidadãos (Cervato, Fiore & Redolfi, 2015).

Processos Formativos em Segurança Alimentar e Nutricional

Além de ser um espaço de participação e articulação, esta rede também tem se apresentado com um espaço educativo-formativo, pois promove diversos eventos de capacitação e formação, tais como: cursos, oficinas, seminários, encontros, entre outros, em conjunto com o CRESAN-BT, envolvendo parceiros de instituições da região ligadas à SAN, instituições de ensino, pesquisa e extensão, entre outros.

As estratégias educativas utilizadas na Rede SANS-BT propiciaram o envolvimento da comunidade e outros parceiros de forma a identificar ações relacionadas à SAN. Os processos formativos ocorrem periodicamente e são planejadas de forma coletiva. As informações são compartilhadas periodicamente e ocorrem “de dentro para fora” (partindo da realidade local) e “de fora para dentro”, neste último caso, muitas vezes, com embasamento científico devido ao envolvimento de representantes de diversas instituições de ensino, pesquisa e extensão que participam das reuniões e ações da rede.

O processo formativo inicia-se no entendimento de que o papel de cada um neste coletivo tem a representação de si mesmo, mas também representa o outro (grupo, instituição, movimento do qual faz parte). Para Raffestin (1993), o poder pode ser evidenciado por meio da tecnicidade, sendo um trunfo para os indivíduos quando estes se propõem a adquirir conhecimento. Este processo resulta em empoderamento que ocorre de forma individual e coletiva.

Empoderamento, neste contexto, aconteceu quando os indivíduos, o grupo, o movimento social e as instituições adquiriram e exerceram algum grau de poder nos processos sociais e políticos, ativa ou passivamente. Neste sentido, o empoderamento cumpre um importante papel na mobilização social, não apenas no fortalecimento dos grupos, mas também na importância dos conselhos como espaços institucionais de “articulação e emergência de novos agentes envolvidos na transformação democrática da sociedade, com implicações para o funcionamento do Estado” (Fernandes et al., 2012, p.448).

A horizontalidade, a partir de processos dialógicos, é uma marca da Rede SANS-BT, pois, em todas as reuniões, é garantido o direito à voz aos participantes, de modo que todos têm a oportunidade de expor, apresentar seus trabalhos/ instituições; propor temas e definir pautas, bem como deliberar sobre o que foi apresentado, caracterizando-se com um espaço de participação social para o exercício da cidadania e disseminação do conhecimento. Devido à pluralidade de atores sociais, em diferentes momentos e tempos, a ação formativa, qualifica as discussões e proposições de ações, corroborando com o processo permanente de construção da SAN.

Considerações Finais

Todas as conquistas de segurança alimentar e nutricional em São Paulo e no Brasil são resultado de um rico processo que contou com a participação da sociedade civil, a articulação intersetorial, no qual várias secretarias municipais foram envolvidas e contínuo processo formativo envolvendo os cidadãos paulistanos e poder público municipal. Para compreender o significado, o funcionamento, a composição e os objetivos de uma rede local, experienciamos uma vivência como participante ou membro permanente em uma das tantas experiências que estão espalhadas mundo afora, abarcando uma diversidade de temas e interesses específicos. A nossa experiência foi integrar a Rede Local de Segurança Alimentar e Nutricional (Rede SANS-BT) no acompanhamento das reuniões periódicas, seminários, cursos, oficinas pontuais realizadas pelos membros desta rede, durante o período compreendido entre o mês de

maio de 2015 e dezembro de 2016, colaborando com a efetivação do 1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN), vigente até 2020.

A Rede SANS-BT tem se apresentado como um potente espaço na produção, disseminação e multiplicação de conhecimentos em diversas áreas relacionadas, direta ou indiretamente, à SAN, envolvendo as seguintes dimensões: social, política, educação, saúde, cidadania, meio ambiente, entre outras. Constituída por diversos atores sociais, dentre os quais destacamos: representantes da sociedade civil (conselheiros municipais de SAN, militantes-ativistas; organizações não governamentais, associações de moradores, movimentos sociais); do poder público (representantes das subprefeituras e/ou equipamentos públicos municipais) e de instituições de ensino e pesquisa, esta rede tem contribuído para o fortalecimento da SAN no município de São Paulo, a partir de uma atuação intersetorial.

O funcionamento desta rede serve de exemplo para demonstrar a importância das Redes Locais de Segurança Alimentar e Nutricional, sob a ótica da participação social e intersetorialidade, princípios estabelecidos pela Promoção da Saúde. A forma como ocorrem os processos formativos nestes espaços evidenciam que o conhecimento em SAN surgiu a partir da capacitação técnica dos envolvidos e ocorreu continuamente em diferentes momentos e de diferentes maneiras. Desta forma mais pessoas/instituições vão se empoderando e disseminando a SAN em outros espaços de circulação, gerando um movimento de mobilização comunitária de promoção da saúde.

Por fim, ressaltamos o importante papel desta rede que, por meio de uma militância permanente, capacita os atores sociais tornando-os multiplicadores da SAN, contribuindo com o fortalecimento do movimento no Butantã e no município como um todo. Por isso acreditamos que relatar estas experiências de participação contribuirão para disseminar boas práticas em promoção da saúde.

Notas: As autoras agradecem o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através de bolsa de doutorado e auxílio à pesquisa - Processo CNPq nº 166501/2014-0 e também à Pró-Reitoria de Graduação da Universidade de São Paulo pelo apoio financeiro por meio de bolsa do Programa Unificado de Bolsas de Estudo para Estudantes de Graduação.

Referências

- Becker, H. S. (1994). Problemas de inferência e prova na observação participante. Becker, H. S. Métodos de pesquisa em ciências sociais, 2, 47-64.
- Burity, V., Franceschini, T., Valente, F., Recine, E., Leão, M., & Carvalho, M. F. (2010). Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional. Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- Cervato-Mancuso, A. M., Fiore, E. G. & Redolfi, S.C.S. (2015). Guia de segurança alimentar e nutricional. Barueri, SP: Manole,
- Fernandes, G.F., Marques, R. A. A. de, Santos, Jr. D.P. dos, Frazão, P., Narvai, P.C. (2012). Democracia e Saúde no Brasil: Desafios ao Empoderamento e ao Protagonismo Popular. In: Pelicioni, M. C. F., & Mialhe, F. L. Educação e promoção da saúde: teoria e prática: Santos.
- Junqueira, L. A. P. (2000). Intersetorialidade, transetorialidade e redes sociais na saúde. Revista de Administração Pública, 34(6), 35-45.
- Junqueira, R. G. P. (1998). A intersectorialidade do ponto de vista da educação ambiental: um estudo de caso. Revista de Administração Pública, 32(2), 79-91.
- OMS - Organización Mundial de la Salud. (1996). Carta de Ottawa para la promoción de la salud. In: Organización Panamericana de la Salud; Promoción de la salud: una antología, Washington: OPAS (pp.367-72).
- Restrepo, H. E., & Málaga, H. (2001). Agenda para la acción en promoción de la salud. Promoción de la salud: cómo construir vida saludable. Bogotá: Editorial Médica Panamericana, 34-55.
- Raffestin, C. (1993). Por uma geografia do poder. França MC (Trad.), Rio de Janeiro: Ática.
- Ribeiro, S. M., Bógus, C. M., & Watanabe, H. A. W. (2015). Agricultura urbana agroecológica na perspectiva da promoção da saúde. Saúde e Sociedade, 24(2), 730-743.
- Santarelli, M. (2012). Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: desafios intersetoriais e interfederativos. In: Schneider, O. M. F. (Org.). Segurança alimentar e nutricional: tecendo a rede de saberes (pp. 43-63). Petrópolis, RJ, Brasil: De Petrus et Alii; Faperj.
- Sperandio, A. M. G. (2003). O processo de construção da rede de municípios potencialmente saudáveis. Campinas, Brasil. V1: Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitário.
- Valladares, L. (2007). Os dez mandamentos da observação participante. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 22(63), 153-155.

Westphal, M. F. (2000). O movimento cidades/municípios saudáveis: um compromisso com a qualidade de vida. *Ciênc Saúde Coletiva*, 5(1), 39-51.

World Health Organization - WHO (1998). *Health promotion glossary*. Geneve: WHO.

www.estreialogos.com



© Todos os direitos reservados
ESTREIADIÁLOGOS 2018

ISSN 2183-8402